

ÍNDICE

	Págs.
NOTA PRÉVIA	5
ABREVIATURAS E SIGLAS	7
INTRODUÇÃO	9
1. Os contornos da morosidade processual	9
2. A dimensão do problema	15
3. Os efeitos negativos da morosidade processual e suas especificidades no processo penal	18

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO DIREITO À DECISÃO EM PRAZO RAZOÁVEL

1. Protecção constitucional	25
1.1. O n.º 4 do artigo 20.º da Constituição	25
1.2. O n.º 2 do artigo 32.º da Constituição	29
2. Protecção conferida pela CEDH e outras convenções internacionais	35
2.1. No âmbito da Organização das Nações Unidas	36
2.2. No âmbito do Conselho da Europa	37
3. O direito comunitário	45
3.1. O Acto Único Europeu	45
3.2. O Tratado da União Europeia	45
3.3. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	48
4. Protecção legal	51

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO À DECISÃO EM PRAZO RAZOÁVEL NO PROCESSO PENAL

1. Direito subjectivo fundamental	55
2. Direito autónomo e corolário do direito à tutela jurisdicional efectiva	58

	Págs.
3. Direito de todos os sujeitos “partes” num processo judicial	59
4. Direito oponível aos órgãos do poder judicial e ao Estado, em geral	65
5. Direito a obter uma decisão em prazo razoável	68
6. Compatibilização com as exigências de um processo equitativo e as garantias de defesa	69

CAPÍTULO III

A CELERIDADE NA CONFORMAÇÃO LEGAL DO PROCESSO PENAL

1. As reformas processuais e a preocupação com a celeridade	77
1.1. Em Portugal	77
1.2. Noutros ordenamentos jurídicos	83
2. A celeridade enquanto valor intrínseco do processo penal	88
3. Soluções concretas de racionalização do tempo no processo penal	91
3.1. Os prazos processuais	91
3.2. A conexão processual	95
3.3. As nulidades processuais	96
3.4. A aplicação ao arguido de medidas de coação restritivas da liberdade	98
3.5. As formas simplificadas e aceleradas de processo	103
3.5.1. Processo sumário	103
3.5.2. Processo abreviado	107
3.5.3. Processo sumaríssimo	111
3.6. O papel do Ministério Público na fixação da competência do tribunal singular	114
3.7. As especificidades processuais dos crimes semi-públicos e particulares	116
3.8. O arquivamento do processo em caso de dispensa de pena	118
3.9. A suspensão provisória do processo	121
3.10. A renúncia ao decurso do prazo	124
3.11. A providência de aceleração processual	125
3.12. A irrecorribilidade da decisão instrutória que indefere diligências probatórias	130
3.13. A irrecorribilidade da decisão de pronúncia	132
3.14. Excepções ao princípio da presença do arguido na audiência de julgamento	134
3.15. A confissão	139
3.16. A continuação do julgamento em caso de alteração substancial dos factos	140
3.17. A subida diferida dos recursos	143
3.18. A rejeição do recurso por manifesta improcedência	144

	Págs.
3.19. A irrecorribilidade das decisões proferidas em recurso pelos tribunais de relação	145
3.20. A prescrição	150
3.21. Negociação (experiências de direito comparado)	152
4. Perspectivas de evolução	155

CAPÍTULO IV

A DETERMINAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DO DIREITO À DECISÃO EM PRAZO RAZOÁVEL

1. A violação do direito à decisão em prazo razoável e o incumprimento dos prazos processuais	165
2. O cômputo do tempo de duração do processo	167
2.1. O início do processo	168
2.2. O final do processo	172
3. A avaliação da razoabilidade da duração do processo	176
3.1. Dificuldades	176
3.2. A importância da jurisprudência do TEDH	178
3.3. Gênese e evolução dos parâmetros utilizados pelo TEDH	182
3.4. Os parâmetros de aferição da razoabilidade da duração do processo ...	186
3.4.1. A complexidade do processo	186
3.4.2. O comportamento do particular que invoca a violação do direito	189
3.4.3. O comportamento dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes da administração da justiça, e do Estado, em geral	195
3.4.4. A urgência na resolução do litígio	200
3.4.5. O prejuízo sofrido	201

CAPÍTULO V

CONSEQUÊNCIAS DA VIOLAÇÃO, NO PROCESSO PENAL, DO DIREITO À DECISÃO EM PRAZO RAZOÁVEL

1. No plano do direito interno	205
1.1. O dever de reparação e as formas que esta pode assumir	205
1.2. A indemnização, através de acção de responsabilidade civil contra o Estado	215
1.2.1. Importância desta forma de reparação no panorama internacional	215
1.2.2. Enquadramento constitucional	220

	Págs.
1.2.3. Enquadramento legal	221
1.2.4. As excepções à regra da responsabilidade directa e solidária ...	226
1.2.5. Os pressupostos do dever de indemnizar	229
1.2.5.1. O facto	231
1.2.5.2. A ilicitude	232
1.2.5.3. A culpa	236
1.2.5.4. O prejuízo	239
1.2.5.5. Nexo de causalidade	241
1.2.6. A jurisdição competente	242
1.2.7. A reparação provisória do dano	245
1.3. Outros tipos de responsabilidade	247
1.4. A reparação no processo onde ocorreu a violação	252
1.4.1. Modalidades e sua admissibilidade no direito português	252
1.4.2. Cessação do procedimento criminal	254
1.4.3. Atenuação da pena	265
1.4.4. Absolvção	278
1.4.5. Não execução da pena aplicada	279
1.4.6. Prescrição	282
1.4.7. Indulto e comutação da pena	283
2. No plano do direito internacional	285
2.1. Apresentação de petição ao Comité dos Direitos do Homem	285
2.2. Apresentação de petição ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	286
2.2.1. Legitimidade activa	286
2.2.2. Legitimidade passiva	288
2.2.3. Exaustão dos meios jurídicos internos	288
2.2.4. Prazo para apresentação da petição individual	295
2.2.5. Processo decisório e conteúdo da decisão	296
2.2.6. Efeitos da decisão no ordenamento jurídico português	301
2.2.7. Condenações do Estado português	307
CONCLUSÕES	311
BIBLIOGRAFIA	325
JURISPRUDÊNCIA	343